

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL: IMPASSES E POSSIBILIDADES DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE CARUARU

Darlene Eugênia de Moura Campos

Escola Municipal Professora Iva do Carmo Silva e Escola Municipal Fábio Corrêa de Oliveira Andrade. E-mail: darleneeugenia@hotmail.com

Resumo:

Este artigo apresenta uma discussão sobre os limites e possibilidades da formação continuada para os professores que atuam na educação básica. Utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa, apoiando-se na análise documental para fundamentar nossas discussões, realizando para tanto a análise do discurso com a finalidade de identificar o que está presente nos discursos estudados e analisados. Apresentamos uma reflexão sobre o que expõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e questões referentes à formação continuada destes profissionais. Trazemos também a forma como a rede de ensino de Caruaru busca estratégias para negligenciar o direito da licença remunerada para realização de cursos de formação continuada *Lato Senso* ou *Stricto Senso*. O que demonstra uma falta de reconhecimento ou de interesse em investir no poder transformador do desenvolvimento profissional, conceito apresentado no decorrer do texto, onde explicitamos que não se caracteriza apenas pela formação continuada. Desse modo, acreditamos que muitos fatores contribuem para uma educação de qualidade, não atribuímos apenas à formação esse mérito, mas enfatizamos a sua importância para a constituição profissional dos docentes.

Palavras-chave: Formação continuada, desenvolvimento profissional, educação básica.

Introdução:

A educação vem assumindo uma importância substancial em nossa sociedade, para exercer qualquer função é necessária uma formação mínima. Podemos observar ainda que, com a democratização da educação e dos processos formativos é cada vez maior a exigência de formação e de profissionais qualificados. Embora reconheçamos a importância e os avanços que iniciaram junto com esse processo de democratização da educação, e interiorização das Universidades Federais ainda nos deparamos com fatores que dificultam o ingresso e a manutenção do estudante durante a realização do seu curso.

Para o ingresso na carreira docente podemos perceber que a formação inicial é exigida no edital de concursos abertos na área para a educação básica, respeitando o que diz a nossa LDB (BRASIL,1996) no seu Art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (1996, p.42).

Desse modo, fica exposto uma exigência mínima para atuar na docência. A formação inicial e continuada são igualmente relevantes para a profissionalização deste docente, contribui também para uma valorização deste profissional e destes saberes adquiridos por meio da educação formal realizada em instituições credenciadas. Igualmente relevantes são também as pesquisas realizadas no meio acadêmico que podem contribuir para a prática dos professores que estão nesse constante processo de formação.

O foco de nossa discussão será a formação continuada dos professores da educação básica. Pelo fato de que atualmente para prestar concurso público para exercer a função de professor já é uma exigência ter a Formação Inicial. Segundo, por identificarmos que como qualquer outro profissional, o docente também precisa continuar seu processo formativo, estar ciente que uma formação inicial por si só não dá conta de formar um profissional definitivamente. Podemos observar também o crescente número de professores com pós-graduação *Lato Sensu*, tanto pela oferta cada vez mais crescente, quanto pela necessidade, em virtude de concorrer com cada vez mais profissionais que possuem e investem nesta formação.

Em contrapartida os cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* credenciados ainda não foram democratizados da mesma forma, se comparados com o *Lato Sensu*. Além de possuírem, de um modo geral, um número de vagas bem mais restrito e um processo seletivo mais criterioso. Isso quando falamos do mestrado acadêmico e profissional, ofertados pelas Universidades Federais e Estaduais que ainda são na nossa região as possibilidades mais concretas e viáveis de conseguir tal formação.

Sobre a formação dos Docentes a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nos aponta em seu ART. 62 “§1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação de profissionais do magistério” (BRASIL, 1996). Podemos observar que a lei expõe que é dever destas entidades promover esta formação em regime de colaboração, todavia não faz nenhuma determinação sobre como deve ser concretizada.

A profissão docente historicamente enfrentou inúmeras adversidades para passar a ser concebida e respeitada enquanto área de trabalho. Não basta dominar os conteúdos a serem

ensinados para assumir o papel de professor. É necessária uma formação mínima para exercer a docência e o desenvolvimento profissional não se encerra na formação inicial.

A nosso ver, a profissão docente desenvolve-se por diversos fatores: o salário, a demanda do mercado de trabalho, o clima de trabalho nas escolas em que é exercida, a promoção na profissão, as estruturas hierárquicas, a carreira docente etc. e, é claro pela formação permanente que essa pessoa realiza ao longo de sua vida profissional.(IMBERNÓN, 2011, p.46).

A luta por direitos e reconhecimento da profissão é galgada em processos lentos onde nos deparamos com avanços e retrocessos. Mas o desenvolvimento da profissão abarca inúmeros fatores como a salarial, o mercado de trabalho, as estruturas das escolas, o clima de trabalho, que não podem ser desconsiderados e supridos apenas por uma boa formação inicial e continuada. Ressaltamos então a necessidade de profissionais preparados e engajados na luta por uma melhoria destas condições, a formação não é a único elemento para obtenção de uma educação de qualidade, mas é indispensável para tal.

Desse modo, o objetivo desse estudo se constitui em discutir a formação continuada como fator de extrema relevância para o alcance de uma educação de qualidade. Objetivamos ainda colocar em pauta os limites e possibilidades desta formação continuada, compreendendo que a formação inicial por si só não dá conta de formar o profissional docente, reconhecendo a sua condição de inacabamento frente as mudanças e inovações proporcionadas pelas pesquisas e estudos que estão em curso.

Assim, a relevância desse estudo se dá pela necessidade de discutir e pensar sobre os impactos e a importância da formação continuada para os docentes que já atuam na educação básica. São questões que podem e devem ser discutidas. Compreender o inacabamento deste profissional, onde sempre teremos oportunidade de melhorar e continuar esse processo de aperfeiçoamento proporcionado pelo estudo e reflexão da prática docente.

Metodologia:

A nossa pesquisa terá uma abordagem qualitativa por ter como especificidade o interesse de responder “a questões muito particulares. Ela se ocupa das Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”(MIMAYO, 2009, p.21). Como estamos buscando compreender as possíveis contribuições do mestrado acadêmico para a formação profissional dos professores da

educação básica o que nos interessa não é quantificar dados, mas compreender como essa formação pode contribuir para o desenvolvimento profissional destes docentes.

Utilizamos a pesquisa documental como técnica de coleta de dados, tendo em vista que “essas fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente” (Gil, 2008, p.147). Os documentos que nos instigaram a realizar este estudo foram a Lei de diretrizes e Bases da Educação e o Plano de cargos e Carreira da cidade de Caruaru, que como muitas outras acaba criando estratégias para não liberar de forma efetiva os professores para realização de cursos que venham a contribuir de forma significativa com a sua formação.

Adotaremos a Análise do Discurso por acreditarmos que “as palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na formação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória”(ORLANDI, 2010, p.43). Buscaremos realizar uma análise dos discursos da LDB e do PCC como documentos oficiais que regimentam a carreira docente no que concerne a formação inicial e continuada, e sobre as licenças ofertadas para a realização de cursos. Realizando essa análise dialogando com autores conceituados que abarcam essas importantes questões.

Resultados e Discussão:

Um assunto recorrente no âmbito educativo é sobre a qualidade do ensino que é ofertado nas instituições públicas. Sabemos que muitos fatores contribuem para o sucesso ou fracasso escolar, embora em muitas situações os sujeitos que de modo geral, são responsabilizados pelos resultados finais das avaliações externas são quase sempre os professores. Isso ocorre quando essa interpretação é feita de forma aligeirada e equivocada desconsiderando os diversos fatores que incidem nos resultados finais, como o contexto social e econômico dos educandos, a falta de condições de trabalho presentes nas escolas, materiais didáticos e pedagógicos apropriados, dentre outros elementos que impactam no aprendizado dos educandos.

Não há dúvidas de que o professor tem um papel fundamental na educação escolar, mas há outros elementos igualmente importantes, como a atuação dos gestores escolares, as formas de organização do trabalho na escola, o clima institucional, os recursos físicos e materiais disponíveis, a participação dos pais, as políticas educativas (ANDRÉ, 2010, p. 177).

Não estamos isentando os professores de sua reponsabilidade enquanto educador, mas em um meio tão complexo, com tantos elementos relevantes que contribuem e interferem, não

podemos eleger apenas o professor como único fator determinante do sucesso ou fracasso escolar. Neste sentido, as pesquisas nesse âmbito servem para desmistificar essas questões e sair do senso comum de que o professor é a salvação da educação, ou o seu carrasco, quando não alcança bons resultados. Existem fatores outros, que são também importantes nesse processo de ensino-aprendizagem, que não podem ser simplesmente ignorados.

Mas destacamos sua importância e a necessidade de um profissional com a qualificação necessária para atuar na docência. A formação inicial é indispensável, por isso é exigida de todo e qualquer profissional que queira ingressar na carreira docente. Sabemos ainda que o meio educacional é muito dinâmico, que transforma-se constantemente, novas descobertas são realizadas, pesquisas e materiais criados na intencionalidade de contribuir para a melhoria da educação. Tais avanços só são possíveis porque os estudos, as reflexões com base na prática e no cotidiano escolar continuam existindo nas trocas entre os pares, nos estudos e pesquisas realizados e na produção de conhecimento.

A formação permanente observa a especificidade de incompletude desse profissional frente às novas pesquisas educacionais, assim faz-se necessária uma formação que não se esgote na realização de um curso, mas que oportunize para além dessa formação a ressignificação do seu fazer docente, que contribua para a sua constituição pessoal e profissional. Assim sendo, recorreremos à contribuição de Castro e Amorim que apresentam a formação continuada sendo concebida enquanto “educação permanente e, por outro lado, considerar a formação continuada como o processo de desenvolvimento profissional dos sujeitos, para o qual uma dimensão experiencial, e não apenas técnica, deve ser alcançada” (2015, p.39).

Em contrapartida, temos algumas formações que se apresentam como uma capacitação, uma formação destes professores para uma finalidade específica, como aplicar ou atuar em um determinado programa ou sistema educacional adotado pela rede. Nesse âmbito, a autonomia do docente fica comprometida, pois os caminhos metodológicos geralmente já vêm traçados, de modo que o professor é tido como um profissional que vai aplicar métodos, pensados e organizados por outros que nem sempre conhecem a realidade que este profissional atua.

É preciso refletir sobre que tipo de estudantes queremos formar, quais ações se pode adotar para atingir esse objetivo. Nesse aspecto podemos perceber que existe um “embate entre levar avante os ideais e pressupostos de uma educação republicana ou os de uma educação mercantilizada; de uma educação para a cidadania ou de uma educação para a

empregabilidade; de uma educação como bem social ou de uma educação como serviço” (CASTRO; AMORIM, 2015, p.40).

Sabemos, que em muitas situações não é interessante para a rede ter professores críticos que questionam os programas adotados pelas secretarias de educação, na maioria das situações sem qualquer diálogo com a classe. Quando o professor é tido como um mero aplicador de programas, a sua concepção e seus interesses não importam. A educação é apenas a preparação de mão de obra para o mercado de trabalho, e o professor é apenas mais uma peça nessa engrenagem.

Nesse sentido, conformar-se com as eventuais capacitações propostas pela sua rede de ensino é concordar que a educação serve apenas para esse fim de preparação para o trabalho. Além do que, procurar uma formação para além desse meio irá demandar muito investimento pessoal, de tempo e de recursos financeiros, nem todos estão dispostos ou possuem condições que favoreçam essa busca por uma formação emancipadora. Isso ocorre, pois ainda há um grande distanciamento entre o que é proposto em nossa LDB e o que ocorre na prática, vejamos o que nos diz o Artigo 67:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização profissional dos profissionais da educação, assegurando-lhes inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público. (...) II- Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, as cidades possuem seus Planos de Cargos e Carreira que vão normatizar a forma quando se concede essas licenças e o tempo destinado para tal. O PCC da cidade de Caruaru expõe que:

A licença para qualificação profissional consiste no afastamento do servidor de suas funções, computado o tempo de afastamento para todos os fins de direito, e será concedida para frequência a cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* - Especialização, Pós-graduação *Stricto Sensu* - Mestrado e Doutorado em instituições credenciadas (CARUARU, 2013, p.10).

Podemos observar que neste aspecto específico o documento cumpre o que está colocado na LDB, com algumas ressalvas já que no que concerne ao tempo disponibilizado para a concessão da licença como podemos observar no inciso “I - para curso de pós-graduação *Stricto Sensu* - Mestrado, por 90 (noventa) dias, prorrogáveis por até 120 (cento e vinte) dias” (CARUARU, 2013, p.10). Ao mesmo tempo em que o documento destaca a

importância de ser um curso em instituições credenciadas e com o desenvolvimento de estudos voltados para sua área de atuação acaba inviabilizando a realização de todo o curso durante o período da licença.

Podemos observar que a cidade de Caruaru não tem privilegiado a realização de cursos dessa magnitude para os profissionais que compõem a sua rede de ensino, apesar de explicitar que para elevação de nível na carreira o curso precisa ser credenciado. Sobre isso, trazemos a contribuição de Brzezinski, que alerta para o fato de que, “o atendimento ao direito da licença remunerada àquele que ingressa em uma formação continuada tem sido negligenciado pelos sistemas, apesar de fazer parte dos planos de carreira do magistério” (2008, p. 1148). Apesar de ofertar a licença Caruaru impõe o obstáculo por não conceder a licença remunerada para a realização de todo o curso de mestrado.

Observamos que com essa ação a formação continuada desse professor não recebe a importância que deveria, em muitas situações é tomada como um custo e não como um investimento. Nessas situações é comum que os professores busquem individualmente esta formação, por considerarem fundamental para sua constituição enquanto profissional. Percebemos ainda que, quando concluem o curso estes profissionais podem buscar outras oportunidades profissionais, que lhes permitam conciliar os estudos, a pesquisa e seu trabalho, já que por vezes os municípios não valorizam essas iniciativas.

Desse modo, a rede nem sempre poderá desfrutar do melhoramento profissional alcançado com essa formação. Podendo haver também as situações em que o profissional gosta do trabalho que está desenvolvendo na Educação Básica, já adquiriu certa estabilidade, experiência e queira continuar a trabalhar nesse nível de ensino. Muitos fatores podem contribuir para a permanência do professor nesse nível de ensino, se este se sente valorizado, apoiado em seus esforços de desenvolver uma educação de qualidade, também das suas condições de trabalho, dentre outros.

Como tratamos do desenvolvimento profissional dos docentes é importante ressaltar que o termo não se restringe apenas as formações, concordamos com a definição trazida por Imbernón (2011) quando apresenta que:

[...] desenvolvimento profissional, para além da formação, significa reconhecer o caráter profissional específico do professor e a existência de um espaço onde este possa ser exercido. Também implica reconhecer que os professores podem ser verdadeiros agentes sociais, capazes de planejar e gerir o ensino-aprendizagem, além de intervir nos complexos sistemas que constituem a estrutura social e profissional (p. 48).

Para tanto, é imprescindível que o profissional tenha sua autonomia respeitada, tomar decisões implica ter liberdade para isso. As formações podem então contribuir pra uma tomada de decisão consciente, pautada em uma perspectiva fundamentada em uma base sólida de conhecimentos que são aprimorados nesse processo formativo constante. Consideramos ainda essa formação como fator preponderante para o fortalecimento da consciência crítica que respalda a luta por uma educação mais democrática e de qualidade.

Pode-se constatar então a existência de mecanismos que acabam contribuindo para um processo de desprofissionalização docente que é explicitado por Nóvoa da seguinte forma: “A desprofissionalização manifesta-se de maneiras muito distintas, incluindo níveis salariais baixos e difíceis condições nas escolas, bem como processos de intensificação do trabalho docente por via de lógicas de burocratização e de controle” (2017, p.1109). Esse processo de desprofissionalização não respeita a especificidade da função docente, visando apenas resultados e desconsiderando todos os fatores que influenciam os mesmos.

O excesso de burocratização também acarreta numa sobrecarga de trabalho para os docentes, o que acaba dificultando ou impedindo esse processo de formação continuada tão almejado e discutido no âmbito educacional. Apesar da Legislação e dos Planos de cargos e carreiras contemplarem a importância e a necessidade dessa formação ser continuada, muitas vezes a realidade das escolas e das redes de ensino não contribui para sua efetivação, reforçando por vezes a desprofissionalização.

Assim sendo, esse estudo tem por objetivos refletir sobre a formação dos professores enquanto “processo intencional e planejado de atividades e experiências que possam promover o desenvolvimento profissional dos docentes” (ANDRÉ, 2010, p. 175). Sabemos que esta formação trará impactos para o desenvolvimento de seu trabalho e conseqüentemente para o nível de educação em que atua.

Conclusões:

Sabemos que a formação dos profissionais da educação pode se dar para além dos muros da universidade, que os professores podem recorrer a cursos de Educação à Distância, mas defendemos aqui a Universidade como lugar prioritário para esta formação. Pois, acreditamos que a pesquisa pode contribuir nessa formação, para promover reflexões no âmbito escolar. A aproximação entre a escola e a universidade pode gerar melhorias na qualidade do ensino, embora saibamos que muitos outros fatores interferem nos índices e resultados dessa educação, como já foi mencionado. Como aponta Brzezinsk, (2008, p. 1152)

os baixos índices têm municiado discursos da mídia e de políticos brasileiros que atribuem ao professor a falência da educação básica, como se a qualidade da formação e o exercício da docência fossem responsáveis pelas mazelas da opção pelo Estado mínimo, que procede o contingenciamento de recursos para as políticas sociais (p.1152).

Podemos observar que a educação, assim como outros serviços básicos, acabam não recebendo os investimentos necessários e quando o Estado deixa de cumprir seu papel são as classes desfavorecidas que mais sofrem as consequências. Em momento algum colocamos a formação continuada como único fator incidente na qualidade da educação, mas ressaltamos a sua importância como um fator de extrema relevância.

Acreditamos ainda que esta formação contribui para uma categoria de profissionais mais conscientes de seus direitos e deveres, que argumentam sobre suas escolhas teóricas e metodológicas. Assim sendo, professores que não aceitam sem questionar as imposições de programas que muitas vezes não possui qualquer comprometimento com a qualidade da educação. Um movimento de resistência onde nos deparamos constantemente com avanços e retrocessos, nesse processo constante de luta.

Referências:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <
http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf
> Acesso em: 01 de julho de 2017.

BRZEZINSKI, Iria. **Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do fundamental**. Cad. Cedes. Campinas, n.105, p. 1139-1166, 2008. Disponível em:
< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302008000400010&script=sci_abstract&tlng=pt > Acesso em: 05 de maio de 2017.

CARUARU. **Plano de Cargos e Carreiras**. Lei complementar nº035, de 22 de fevereiro de 2013. Disponível em <
<https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://caruaru.alfaconsultoria.digital/wp->

<content/uploads/2018/05/LC035-PCC-Educa%C3%A7%C3%A3o-com-p.pdf&hl=en> >

Acesso em: 15 de julho 2018.

CASTRO, Marcelo Macedo Corrêa e. AMORIM, Rejane Maria de Almeida. **A formação inicial e a continuada: diferenças conceituais que legitimam um espaço de formação permanente de vida.** Cad. Cedes. Campinas, n.95, p. 37-55, 2015. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622015000100037&script=sci_abstract >

Acesso em: 10 de junho de 2018.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional:** formar-se para a mudança e a incerteza.9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Org. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28. Ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NÓVOA, Antônio. **Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente.** Cadernos de pesquisa. V.47 n. 166 p.1106-1133 out./dez.2017. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-15742017000401106&lng=pt&nrm=iso > Acesso em: 11 de julho de 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos** / Eni P. Orlandi – 9ª Edição, Campinas, SP. Pontes Editores, 2010.